

Editorial

Em seu vasto e diversificado território, a África concentra os mais intrigantes problemas, fenômenos e processos usualmente relacionados à emergência e à afirmação de comunidades nacionais. Nenhum outro pedaço do mundo, na época presente, seria melhor laboratório para os estudos sobre a construção das nacionalidades.

Nesse continente há Estados não legitimados por nações e nações desconsideradas por Estados com assento na Organização das “Nações” Unidas. Aí estão povos e etnias violentamente fragmentados pelo jogo de poder entre potências com instintos imperiais. Numerosos grupos étnicos secularmente rivais foram e são subitamente obrigados a compartilhar territórios e submeter-se à mesma autoridade estatal. Em nenhum outro lugar do mundo, nas últimas décadas, genocídios provocaram tantas vítimas.

A rápida expansão de atividades capitalistas é impulsionada pela exploração do petróleo e pela crescente expansão de culturas agrícolas comerciais. Da noite para o dia, montam-se infraestruturas que alteram milenares cenários socioambientais. Persistem desinibidas – na verdade, ganham ritmo frenético – as antigas e “piedosas” atividades de organismos multilaterais e seitas religiosas interessadas em “salvar” africanos da fome e do “pecado”. “Repúblicas populares” que ignoram a noção ocidental de cidadania e preservam práticas aproximadas das de antigos reinos escravocratas reprimem duramente seus opositores sem maiores objeções de potências que se candidatam a guardiãs mundiais da democracia. Senhores de guerra são cortejados e abastecidos por atores internacionais que se apresentam como paradigmas da modernidade. Enfim, territórios e mares habitados desde tempos imemoriais, explorados e tratados com respeitabilidade sagrada são disputados como “espaços abertos” por estrangeiros ricos, fortes, audazes e inescrupulosos.

O que poderia explicar o fato de a África ter sido menosprezada pelos estudiosos da construção das nacionalidades, inclusive por aqueles que valorizam o “fator étnico” e a unidade linguística? O acervo literário disponível sobre a África abarrotava bibliotecas dos países desenvolvidos (e começa a ganhar volume no Brasil), mas a reflexão sistemática sobre a nação, tipo de comunidade que, por abstrata que seja, garante a legitimidade política moderna, aparece como assunto de quinta categoria. Adentrar as realidades africanas põe em risco a ideia de superioridade ocidental inerente a esta organização política designada como Estado nacional.

Há cerca de três anos o Observatório das Nacionalidades vem se aproximando da África. Para efeito, contamos com a assessoria de Rosemary Galli, especialista em questões luso-africanas. Visitamos diversos países, conversamos com numerosos intelectuais e estabelecemos articulações com variadas entidades académicas. Trata-se, obviamente, de abordagens iniciais, mas proveitosas o bastante para permitir um número de *Tensões Mundiais* inteiramente dedicado aos assuntos africanos. E, o mais importante, essencialmente produzida por intelectuais africanos.

Poder-se-ia questionar a possibilidade destes intelectuais educados segundo os paradigmas teóricos e procedimentos analíticos assentados no Ocidente apresentarem uma “perspectiva africana”. Mesmo os textos francamente contrários à dominação colonial não deixam de ser contaminados pela ótica ocidental, que tende a estabelecer apriorismos enviesados sobre as sociedades subjugadas. Mas, caberia considerar que a África é demasiado grande e diversificada para imaginar que tal perspectiva reflita a realidade.

Se for difícil distinguir um intelectual “africano” de outros intelectuais, é fácil constatar esforços empreendidos para criar tal identidade, à revelia da discutível utilidade de tal abstração. Ocorre na África algo bem conhecido entre os latino-americanos: o interesse em pensar a própria realidade e vislumbrar o futuro fugindo da percepção eurocêntrica. Africanos e latino-americanos têm muito que ensinar uns aos outros e ao resto do mundo. Experiências sociopolíticas vividas nestes dois universos são preciosas para compreender a dinâmica do desenvolvimento ocidental. Regimes despóticos, tragédias sociais, epidemias, guerras, instabilidades

institucionais, desagregação de comunidades e culturas ancestrais, enfim, todo o conjunto de marcas perversas da modernidade integram as vivências históricas de africanos e latino-americanos.

Na seleção de matérias que compõem esta edição da revista são visíveis os esforços para firmar pontos de vista diferenciados da percepção ocidental, a começar pelas elaborações do pensador moçambicano João Paulo Borges Coelho sobre o papel estratégico do Oceano Índico e os desafios à segurança marítima da África Austral. Melhor dizendo, dos desafios à segurança dos negócios ocidentais que navegam por mares africanos.

Quanto aos problemas diretamente relacionados à construção das nações africanas, essa edição privilegia o curioso caso da Guiné-Bissau que, segundo Christoph Kohl, experimentou durante a reconstrução pós-colonial uma iniciativa de busca de unidade nacional a partir dos “de baixo”, ou seja, à revelia de uma autoridade estatal sempre posta em questão. A invasão estrangeira, ocorrida entre 1998 e 1999, contribuiu para fomentar a vontade de integração social. Por seu turno, Rui Jorge Semedo concentra sua atenção no Partido para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), refletindo sobre os efeitos da ruptura do pacto colonial na construção das identidades das duas nações, não obstante seus intensivos entrelaçamentos étnicos e políticos.

Já a narrativa de Mamadou Alpha Diallo e Lito Nunes Fernandes sobre o conflito de Casamansa aporta elementos da maior relevância acerca da fragmentação do extenso território da antiga Guiné tendo como referência os problemas de segurança regional da Confederação da Senegâmbia (criada em 1982 e dissolvida em 1989), que compreendia a atual República do Senegal, a Gâmbia, a Guiné-Bissau, a Guiné Conacri, o Mali e parte da Mauritânia. O fracasso desta tentativa de confederação, para os autores, teria fortalecido o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) e aumentado a instabilidade da região.

Os Estados africanos demonstram incapacidade de cumprir seu papel básico de segurança da população. Cerca de 15 milhões de pessoas foram mortas em Biafra, Ruanda, Darfur, sudeste do Sudão, Costa do Marfim, nos Congos e em outros pontos do continente entre 1966 e 2012. Segundo Herbert Ekwe-Ekwe,

o grande desafio, para a África, é formatar Estados democráticos, amplamente descentralizados e capazes de contemplar interesses conflitivos.

Entre as recentes intervenções ocidentais no mundo árabe, o caso líbio talvez seja o de maior repercussão no continente africano. Dois trabalhos examinam a guerra movida contra Khadafi. Diego Pautasso e Rafael Luiz de Azeredo discutem a doutrina da “responsabilidade de proteger” aplicada contra o regime líbio, em 2011, concluindo que esta amparou a expansão de poder dos EUA após a Guerra Fria e alterou a geografia do poder mundial. Os autores exploram as relações entre as organizações internacionais e a soberania dos Estados nacionais. Já Iraê Baptista Lundin apresenta uma abrangente análise da intervenção militar na Líbia assentada nas especificidades da estruturação do Estado libanês e na complexa atuação de Khadafi. Iraê especula a respeito dos possíveis desdobramentos das mudanças na Líbia sobre o continente africano e o Oriente Médio, revelando ainda aspectos pouco conhecidos das prevenções ocidentais em relação ao governante assassinado.

A oferta de ensino superior e de capacitação tecnológica representa um dos mais sérios desafios para o desenvolvimento da África. Diversos esforços neste sentido foram frustrados nas últimas décadas, inclusive os conduzidos pelo próprio Khadafi. Teresa Cruz e Silva aponta como o neoliberalismo alterou o papel social e a identidade das universidades públicas em Moçambique marginalizando grupos sociais desfavorecidos. Apesar dos avanços nos sistemas políticos de países africanos, a autonomia das instituições de pesquisa e ensino foi prejudicada. Baseada na experiência das universidades moçambicanas, essa reflexão destaca os debates havidos nos anos 1990 acerca da liberdade acadêmica na África.

É indiscutível que o Brasil passou a jogar papel crescente na África liderando, inclusive, a formação de uma comunidade de países de língua portuguesa. As diretrizes do Estado apontam a parte ocidental africana como “entorno estratégico brasileiro”. A Estratégia Nacional de Defesa (END) enfatiza a importância do território africano na montagem do aparato de segurança do Brasil.

Mas as preocupações com a África não são recentes, como revelam as anotações de Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas sobre o noticiário difundido no Brasil acerca da luta de libertação em Angola. Os autores consideram que, em 1975, mudanças políticas em Portugal abriram caminho para o desmantelamento do seu império colonial e, apesar de o Brasil ainda viver sob um regime ditatorial, tais acontecimentos tiveram ampla cobertura da imprensa em virtude dos interesses da política externa brasileira e de uma menor censura sobre o noticiário internacional.

Não é segredo que a disputa de interesses de potências externas se volta não apenas para as riquezas naturais do continente africano, mas também para as crescentes possibilidades de atendimento do mercado de bens e serviços. Eli Alves Penha expõe o quadro atual das redes de transportes terrestres na África Subsaariana e as iniciativas para a sua expansão e melhoria. As participações da China e do Brasil são examinadas, com destaque para as complementaridades e diferenças da atuação desses países.

Enfim, esperamos que esse número de *Tensões Mundiais* colabore para uma melhor compreensão do processo histórico de formação dos Estados nacionais africanos e do papel geopolítico reservado a esse continente, além de estimular novas investigações.

Os Editores